ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE BELO MINAS GERAIS, DO ANO DE 2019

Às 20h (Vinte horas) do dia 02 (dois) de ABRIL do ano de 2019 (dois mil e dezenove), sendo Presidente da República, o Exmo. Sr. Jair Messias Bolsonaro, Governador do Estado de Minas Gerais, o Exmo. Sr. Romeu Zema Neto e Prefeito Municipal o Exmo. Sr. Valdevino de Souza, reuniram-se na Sala das Sessões da Câmara Municipal de Monte Belo, sob a Presidência da Vereadora Maria Aparecida Correia de Freitas, para realização da 5ª (quinta) reunião ordinária, os Vereadores: **MARIA APARECIDA CORREIA DE FREITAS, RICARDO RIBEIRO DO PRADO, VALDIR FRANCISCO DA SILVA (PEZÃO), GILMAR JOSÉ FERREIRA, ALOISIO ANTONIO BONELI ALMEIDA (BISCOITO), ANTÔNIO MARCO TRANCHES, CLÁUDIO DONIZETE PEREIRA, NILSON DONIZETTE DA SILVA E ROSARIA APARECIDA SOUZA.** Acusando a chamada a presença de 9 (nove) vereadores, a Exma. Presidenta, Sra. Maria Aparecida Correia de Freitas, declarou aberta a Sessão com a seguinte Ordem do Dia. **1**- Apreciação da Ata da reunião anterior. **2-** Leitura de proposição protocolada na Secretaria. **3–** Apreciação dos requerimentos de urgência especial, apresentados aos projetos de leis n.º 009, 010 e 011/2019, pelo Prefeito Municipal. **4** – Apreciação em turno único do projeto de lei do executivo n.º 009/2019, que autoriza as aberturas de créditos especiais por superávit do exercício anterior e por anulação de dotação e dá outras providências. **5 –** Apreciação em turno único do projeto de lei do executivo n.º 010/2019, que autoriza o poder Executivo a conceder remissão ou isenção de Tributos Municipais que especifica, incidentes sobre imóveis que desabaram e sobre os interditados administrativamente por risco de desabamento. **6 –** Apreciação em turno único do projeto de lei do executivo n.º 011/2019, que autoriza inclusão de anexo que dispõe da Estimativa e compensação da renúncia de Receita na Lei nº 2.860 de 25 de junho de 2018. Iniciando os trabalhos a Exma. Sra. Presidente solicitou a leitura da ata da reunião anterior. Logo a ata foi colocada em discussão e aprovada sem ressalvas. Em seguida o Sr. Laercio Borges Sobrinho, servidor público Municipal, usou a tribuna livre, que iniciou seu pronunciamento explanando sobre o significado das palavras vereador e legislar. Em seguida, afirmou que transmitia a fala de uma sociedade perplexa com tantos acontecimentos desagraveis nos

últimos meses. Mas sem o propósito de denigrir a imagem de ninguém e muito menos de agredir de qualquer forma. Apenas manifestar o direito de argumentação e repudio quanto a alguns fatos. Solicitou que os vereadores reflitam sobre o que realmente significa a palavra transparência. Disse ainda sobre diversos problemas enfrentados pela população, questionando a atuação dos representantes políticos. "Queremos respostas e menos falação". Logo a Sra. Presidente solicitou a leitura dos projetos de leis n.ºs 009, 010 e 011/2019 de autoria do poder Executivo. Em seguida, a Exma. Sra. Presidente solicitou a leitura dos requerimentos de urgência especial apresentados aos projetos de leis do executivo n.ºs 009, 010 e 011/2019. Em votação os requerimentos de urgência especial foram aprovados por 08 votos. Em seguida foi consultado ao plenário se todos concordavam com a inclusão na ordem do dia dos referidos Projetos de Leis. Todos concordaram. Logo, o projeto de lei do executivo de nº. 009/2019 foi colocado em discussão em turno único, já com os pareceres favoráveis das comissões. Em votação em turno único, o projeto de lei foi aprovado por 8 (oito) votos. Em seguida, o projeto de lei do executivo de nº. 010/2019 foi colocado em discussão em turno único, já com os pareceres favoráveis das comissões. Em votação em turno único, o projeto de lei foi aprovado por 8 (oito) votos. Logo, o projeto de lei do executivo de nº. 011/2019 foi colocado em discussão em turno único, já com os pareceres favoráveis das comissões. Em votação em turno único, o projeto de lei foi aprovado por 8 (oito) votos. Em seguida, o projeto de lei do executivo de nº. 008/2019 foi colocado em discussão em primeiro turno, já com os pareceres favoráveis das comissões. Em votação em primeiro turno, o projeto de lei foi aprovado por 8 (oito) votos. Logo a Exma. Sr. Presidente deixou a palavra franca aos vereadores. Com a palavra o vereador Valdir Francisco da Silva (Pezão), solicitou a leitura pela assessora dos gastos desde o início do ano de 2019. Em seguida Pezão criticou as obras de reforma do campo e da quadra da Jureia, através de recursos que conquistou juntamente com a vice-Prefeita Marina, junto ao Deputado Federal Odair Cunha. Avisou que está acompanhando a obra e cobrando do engenheiro. Com a palavra a vereadora Rosaria Aparecida Souza prestou esclarecimento sobre duas diárias que usou para viagem a Brasília/DF. Explicou que esteve junto com um Deputado representado o Município em reunião com o Secretário do Ministro tratando sobre o desabamento das casas. Sobre a tribuna e

questionamento em relação ao IPTU, disse que não votou a favor. O vereador Aloisio Antônio Boneli Almeida (Biscoito) aproveitou para ressaltar que também não foi favorável. A vereadora ainda disse "este é meu jeito de falar". Com a palavra o vereador Gilmar Jose Ferreira iniciou afirmando que não vota nenhum projeto de aumento. Lembrou que foi contra a taxa de iluminação pública e IPTU, considerando abusivo, "estou aqui para aprovar as coisas boas e ajudar o povo". Parabenizou o servidor que ocupou a tribuna, manifestando apoio ao seu pronunciamento. Com a palavra o vereador Claudio Donizete Pereira falou da importância de ter a "casa cheia", situação que sempre defendeu como Presidente na gestão anterior. Sobre a apuração de irregularidades financeiras na Câmara, explicou que nada foi engavetado. Afirmou que fez além da CPI. Como Presidente no início de 2017, logo percebeu o desvio nas contas da Câmara e tomou todas as providencias necessárias. Chamou o servidor/contador na época, que assumiu a responsabilidade pelo desvio. Foi registrado um boletim de Ocorrência junto à Policia Militar e formada uma Comissão de Sindicância para apurar os fatos. Um relatório foi apresentado, sendo formada a Comissão de Tomada de Conta Especial e feita uma auditoria paralela. As responsabilidades foram apuradas desde 2004, com o relatório final sendo encaminhado ao Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, com o processo no Fórum da Comarca de Monte Belo. O servidor foi exonerado e chegou a ser a ser preso. No final, Claudinho relacionou recursos que conquistou para obras no Município. Com a palavra o vereador Antônio Marco Tranches anunciou que não será candidato em 2021. Mas aproveitou o auditório lotado para prestar contas de seu trabalho parlamentar dede 2.006 em prol do Município de Monte Belo. Aproveitou para anunciar a conquista de mais R$150.000,00 para o hospital possibilitando a manutenção até o final do ano sem a realização da Campanha do Café. Falou ainda da conquista de R$35.000,00 para o Lar dos Idosos, recurso que deverá ser pago até meio do ano. Por fim, mais de R$20.000,00 para a Escola Frei Levino para a compra de computadores, TV e moveis. Marquinho comentou que o Vereador é limitado e muitas vezes abriu mão de ganhar dinheiro na política, preferindo trabalhar de graça para algum deputado e depois ter condição de cobrar a favor de Monte Belo. Também sempre demostrou preocupação com o uso de diárias e estrutura da Câmara. "O nosso grupo veio para fazer o bem". Terminou anunciando seu

apoio político em 2021 ao pré-candidato Amarildo. Neste momento o debate foi intenso entre Marquinho e Gilmar. Já Rosária garantiu que todos os vereadores buscam conquistas para o Município. Em seguida Gilmar e Rosária também debateram. No Final, a Presidente Maria Aparecida Correia de Freitas tentou fazer uso da palavra para responder ao ocupante da tribuna e prestar esclarecimento à população. Porém, o público presente não ofereceu as condições necessária. Nada mais, havendo a se tratar, a Exma. Senhora Presidente encerrou os trabalhos e para constar lavrou-se esta ata, que após lida, achada, conforme e aprovada, vai assinada pelos Vereadores desta Casa. "Em tempo", o vereador Pezão fazendo o uso da palavra solicitou a retificação da ata para constar que o Deputado Estadual Ulisses Gomes também contribuiu com o recurso para as reformas do campo e quadra da Jureia, a qual foi aprovada a retificação por 08 (oito) votos.